

Manaus, terça-feira, 24 de agosto de 1999

DANOS AMBIENTAIS

Ipaam leva Petrobrás à Justiça

Euzivaldo Queiroz - 12/ago/99

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA
 PRETENDE QUE A EMPRESA
 FAÇA A RECUPERAÇÃO
 IMEDIATA DA ÁREA DO
 IGARAPÉ DO CURURU, ONDE
 VAZARAM CERCA DE 3 MIL
 LITROS DE COMBUSTÍVEL**

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) vai entrar hoje com uma ação civil pública, na Vara Especializada do Meio Ambiente, contra a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) pelos danos causados ao meio ambiente. No último dia 6 de agosto a empresa constatou o vazamento de óleo combustível no duto que abastece a Manaus Energia. A tubulação passa por dentro do igarapé do Cururu, no Mauzinho.

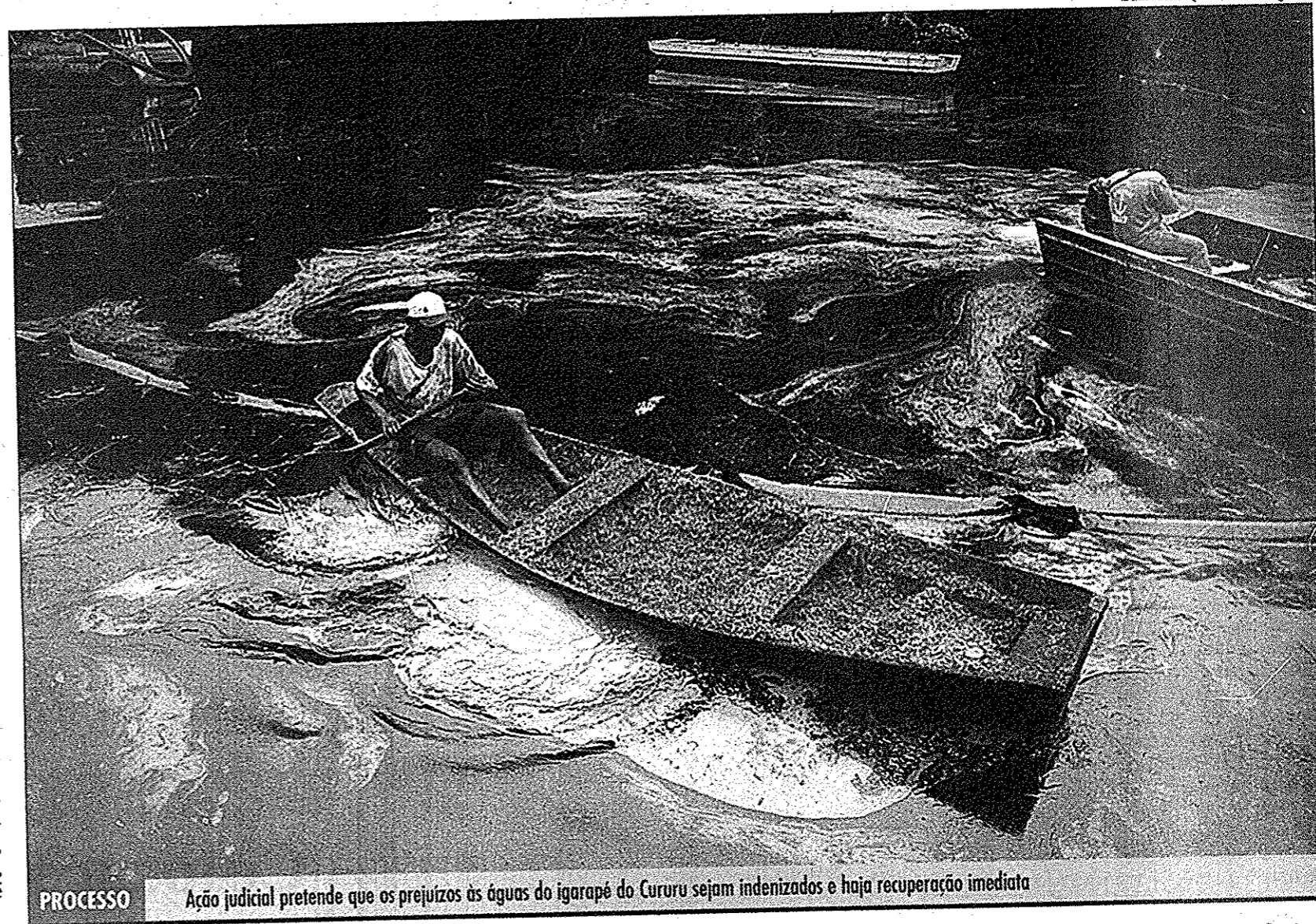
A ação civil pública tem pedido de antecipação dos efeitos da tutela, o que significa que o juiz poderá adiantar parte da sentença para que as providências sejam tomadas o mais rápido possível. O procurador-chefe do Ipaam e procurador do Estado, Júlio Cezar Brandão, diz que o objetivo é fazer com que a Petrobrás recupere a área atingida pelo vazamento, estimado inicialmente em 3 mil litros, e que também haja uma compensação com relação aos danos causados.

“Obviamente não dá para recuperar tudo e, dificilmente, voltará a ser como antes, mas estamos pedindo que a compensação seja aplicada na área afetada e que traga benefícios para a comunidade do local”, explica o procurador, ressaltando que o Ipaam, a partir de agora, irá redobrar as fiscalizações junto à empresa.

O Ipaam, semana passada, aplicou duas multas administrativas à Petrobrás. Uma pelos danos ambientais no valor de R\$ 32,65 mil e outra de R\$ 16,32 mil pela falta de licenciamento para o transporte de óleo combustível no duto que passa por dentro do igarapé do Cururu.

Brandão disse que o que mais preocupa no episódio do vazamento foi a maneira como a Petrobrás agiu depois de descobrir o acidente. Segundo ele, a empresa recorreu a procedimentos rústicos para a retirada do óleo, como o uso de latinhas, e também se constatou a falta de um plano de contingência que contivesse um sistema de detecção de acidentes, assim como também um plano de combate.

“Se a empresa foi incapaz de agir eficazmente diante de um vazamento de óleo pontual, localizado, imagine diante de uma situação de maiores proporções”, enfatiza o procurador. Foi o Ipaam que, por meio de denúncia anônima, constatou o vazamento no igarapé do Cururu, no dia 6 de agosto.



PROCESSO Ação judicial pretende que os prejuízos às águas do igarapé do Cururu sejam indenizados e haja recuperação imediata

Vazamento pode ter sido maior Multas ultrapassam R\$ 48 mil

O vazamento de óleo combustível da Refinaria de Manaus (Ren an) pode ser bem maior que os 3 mil litros anunciados pela empresa.

Relatório dos técnicos do Ipaam mostra que durante os trabalhos de retirada do óleo, um caminhão-pipa com capacidade volumétrica para 8 mil litros retirou 17 carradas de óleo misturado com água. A informação teria sido repassada pela empresa de

sucção contratada pela Reman.

O procurador-chefe do Ipaam, Júlio Cezar Brandão, diz que mesmo que se considere que, das 17 carradas, a maior porcentagem seja de água, o valor será sempre maior que o apresentado pela Reman.

O relatório também mostra as condições inadequadas com as quais os funcionários vêm trabalhando para retirar o óleo. “O processo operacional da retirada

do óleo sobrenadante da área contaminada é totalmente rudimentar, feito com pequenas latas, com pessoal não treinado, o que com certeza torna mais prolongado o processo de retirada total do material contaminado”, diz outro trecho do relatório. Eles também fazem menção a um líquido parecido com óleo diesel que teria sido utilizado para limpar a área, o que seria ainda mais danoso ao meio ambiente.

DA AGÊNCIA ESTADO

O Ipaam multou a refinaria da Petrobrás em Manaus em R\$ 48,9 mil por danos ao meio ambiente e falta de licença ambiental.

As multas foram provocadas pelo acidente no oleoduto que liga a refinaria à empresa Manaus Energia. O oleoduto fica submerso a sete metros de profundidade no igarapé do Cururu e há 18 dias um vazamento de óleo combustível provocou uma mancha de dois quilôme-

tros quadrados sobre as águas e só não poluiu o rio Negro porque foram montadas barreiras no local.

Na semana passada, a refinaria suspendeu a retirada do óleo sem explicar os motivos do acidente. “O acidente mostrou que a refinaria não tem capacidade de detecção adequada dos problemas e não tem instrumentos para solucioná-los”, disse o presidente do instituto, Vicente Nogueira. Ontem, o juiz Adalberto Carin Antônio, da Vara Especializa-

da do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico do Amazonas, determinou perícia judicial no igarapé do Cururu. Os peritos Manoel Batista e Júlio Magalhães farão um diagnóstico minucioso sobre a manutenção e conservação do oleoduto, utilização de produtos químicos dissolventes, espécie de animais e vegetais atingidos pela poluição. A decisão do juiz acolheu pedido de medida cautelar de antecipação de prova da promotora Maria José da Silva Nazaré.